

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modos de leitura em Portugal no século XV

Michelle Tatiane Souza e Silva*

Resumo: Os tratados pedagógicos produzidos na Corte de Avis, no Portugal do século XV, versam sobre diferentes matérias. Esses livros têm em comum a preocupação de estabelecer critérios, modelos e regras para uma satisfatória vida em corte, tópico esse explorado com especial ênfase no *Leal Conselheiro*. Todavia, um outro livro contemporâneo a este, o *Boosco deleitoso*, caminha em um sentido aparentemente contrário, ao realizar uma apologia à vida solitária como conduta necessária para a ascese da alma. Nossa proposta é tentar perceber o porquê de dois tratados pedagógicos, contemporâneos e destinados a um mesmo tipo de leitor, proporem modelos diferenciados de conduta e a partir daí interrogar sobre quais são os modos de leitura propostos pelos autores e como eles percebiam os seus leitores.

Palavras – Chave: Tratados doutrinários; Portugal; História da leitura.

Abstract: The Pedagogical treaties produced in Corte de Avis, on 15th century's Portugal, deal with several subjects. Those books have in common the concern of establish criterions, models and rules for satisfiable life in court, topic explored with special emphasis at the *Leal Conselheiro*. However, another contemporary book, the *Boosco Deleitoso*, walks on an apparently opposite sense when it makes an apology of a lonely life as a required behavior to the *ascese* of the soul. Our proposal is to comprehend the reason why these two pedagogical treaties, contemporary and meant for a same type of reader, propose different models of behavior and so interrogate about which are the ways of reading proposed by the authors and how they used to perceive their readers.

Key - Words: Doctrinaire treaties; Portugal; Reading History.

Com os governantes de Avis, D. João I (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e o infante D. Pedro (1392-1449), os investimentos numa cultura letrada cresceram no reino português, dando lugar a uma história financiada e encomendada por eles (crônicas), bem como a uma literatura de teor moral (SANTOS, 1996). Percebemos que o objetivo dessa produção escrita do final do século XIV e do século XV no reino português é, antes de tudo, a educação da nobreza. A pedagogia utilizada conjugava a moralidade cortês e a rigidez dogmática da igreja. Cada livro, a seu modo, preocupava-se em ensinar, tanto os cuidados com o corpo, quanto com espírito e a religião, e, ainda, com os modos de uma vida em corte.

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História – Mestranda em História Medieval – a UNESP campus de Franca.

Considerados artigos raros e luxuosos, os livros tinham valores tanto materiais, quanto sentimentais. Apesar dos esforços na escrita, na compilação ou na tradução, as tiragens eram inexpressivas, dado que antes da imprensa, o trabalho se dava por cópias individuais, que requeriam cuidados específicos com a caligrafia. Essas cópias, no entanto, não circulavam de maneira generalizada. Os livros eram elaborados, num primeiro momento, pelos *oradores* e nas casas eclesiásticas efetuavam-se as cópias e traduções, e lá a produção e o conhecimento permaneciam (MONGELLI, 2001:12-13). No final do século XIV e no século XV, houve alguma familiarização desse artigo. Mesmo assim, os livros se restringiam às bibliotecas de nobres e reis. A primeira biblioteca real portuguesa, da qual restou levantamento de seus livros, é a biblioteca do rei Dom Duarte¹.

Os livros ganharam espaço na vida daqueles que queriam e podiam saber. As bibliotecas leigas foram aumentando, e práticas como a dos empréstimos dos saberes, começaram a surgir, dados que não podem ser descartados quando pensamos na difusão dos saberes nesse período (FRANÇA, 1998:61). Entre as atividades do nobre do quatrocentos juntava-se agora a da leitura e aos livros conferia-se uma utilidade: contribuir na formação dos seus leitores. Observando a lista de livros do rei Dom Duarte, podemos então supor as matérias que mais interessavam. Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, a temática da religião se apresentava. Desde os livros bíblicos, as hagiografias, os livros de orações até as obras de cunho pedagógico que explanavam sobre os mistérios da igreja ou da fé. Nessa época, a verdade é aquela deixada por Deus. A pedagogia que se preocupa com a formação moral só poderia ter como base principal a formação espiritual. A principal fonte de conhecimento, aquela em que os homens buscavam a sustentação de seus argumentos, é a bíblia, considerada leitura primordial.

Há de se ressaltar, a confluência da concepção bíblica do homem com a concepção clássica, ou seja, a tradição filosófica grega. Segundo Henrique C. L. Vaz, dessas duas heranças construiu-se a concepção cristão-medieval do homem, que prevalece na cultura ocidental do século VI ao século XV (VAZ, 2000:59). Como já apontamos a Bíblia é a fonte primeira no que diz respeito à normatização das condutas do homem medieval, é dela que provém a iniciativa doutrinária e pedagógica da corte de Avis em Portugal. No entanto, os autores da filosofia antiga e medieval produziram livros que foram utilizados como fontes importantes. Os autores do século XV buscavam sustentação para os seus argumentos nas obras clássicas, verdade, que nem sempre as passagens de um ou outro filósofo eram acompanhadas por um estudo geral da obra, ou por um estudo das teses defendidas pelos

¹ Tal levantamento está presente no Livro da Cartuxa ou Livro dos conselhos d' Rey Dom Duarte.

autores. Recorriam a eles através de passagens isoladas, que serviam para sustentar suas próprias teses.

Sobre a difusão e o conhecimento desses autores clássicos podemos destacar o papel da “Escola de tradutores da Corte de Avis”, da qual D. Duarte e D. Pedro foram os principais autores e promotores. Entre as várias traduções, podem ser citadas a: *De Officiis*, do *De Amicitia* e do *De Senectute*, de Cícero, do *De re Militari*, de Vegécio, do *De regimine principum*, de Frei Gil de Roma, do *Panegérico de Trajano*, de Plínio e do *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, de Pedro Paulo Vergério (SANTOS, 1996).

Para além das traduções, a Corte de Avis produziu importantes textos didáticos. Esses tratados doutrinários versam sobre diferentes matérias, ora sobre os benefícios dos desportos, como no *Livro da Montaria* do rei Dom João I e no livro *A ensinança de bem cavalgar Toda Sela* do rei Dom Duarte, ora de forma alegórica tratam dos mistérios da fé e da igreja, como nos livros *A corte imperial*, o *Boosco deleitoso* e o *Orto do Esposo*; ora, ainda, procuram construir ensinanças próprias para uma vida em corte: *Leal Conselheiro* e *O livro da virtuosa bemeifeitoria do infante Dom Pedro*. Podemos identificar nessas obras uma preocupação com a construção de determinadas formas de sociabilidade que se apresentam como sendo importantes para o meio de vida do período. O momento não permitia a continuação do lirismo poético nas obras literárias, era necessário que se educassem homens fortes e guerreiros (LAPA, 1966: 315-346).

Já na primeira página do *Leal Conselheiro*, o rei Dom Duarte procura definir a intenção de sua obra da seguinte forma: “coisas que havia escrito para o bom regimento de nossas consciências e vontades” (DUARTE, 1941:1), idéia que perdura ao longo dos capítulos: o rei autor, como anuncia no título, assume a postura de conselheiro, que através do seu exemplo constrói ensinanças que abarcam diferentes esferas do cotidiano, como capítulos sobre um bom regimento do estômago, ou capítulos em que ele faz um estudo sobre os sentimentos da tristeza, do amor e da saudade². A variedade temática desse tratado, como também, a importância do rei Dom Duarte como escritor, considerado um dos mais cultos do seu tempo, conferem a esse livro um destaque dentre a produção do período.

A pesquisa que pretendemos desenvolver irá centrar-se nas ensinanças para uma boa leitura, na medida em que: o rei autor entende a leitura como algo necessário, desde que o

² São os respectivos capítulos: Cap. C. Do regimento do estamago, Cap. XXXII. Do pecado da gulla; Cap. XVIII. Da tristeza, Cap. XIX. Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci, Cap. XX. Dos aazos per que se acrecenta a ssentido do humor menencorico, e dos remédios contra elles, Cap. XXI. Da tristeza que sobre pecados ou virtudes tem nacymento, Cap. XXII. Da mais forte maneira da tristeza; Cap. RIIII. Das maneiras damar, RV. Da maneira como se devem amar os casados; Cap. XXV. Do nojo, pesar, desprazer, a[vo]rrimento e suidade; entre outros.

leitor se preocupe com obras de “*bom exemplo, ensinamento e aviso*” (DUARTE, 1941:5); ou seja, no *Leal Conselheiro*, a leitura tem necessariamente uma finalidade prática, devendo ser de obras religiosas, filosóficas ou tratados que versam sobre alguma ciência ou desporto.

Outro livro contemporâneo do *Leal Conselheiro* é o *Boosco Deleitoso*, o primeiro foi escrito entre os anos de 1437 e 1438, o segundo tem sua primeira impressão em 1515, mas a linguagem indica que seja mais antigo, possivelmente datando do início do século XV ou fins do século XIV (MONGELLI, 2001). O princípio fundador desse livro de autoria anônima é uma apologia à solidão: seu personagem central é um pecador que tenta se redimir buscando uma vida solitária de um peregrino (MONGELLI, 2001:111). Como no *Leal Conselheiro*, essa obra tenta instituir modelos de conduta, mas enquanto Dom Duarte estabelece modelos para uma vida em corte, o autor anônimo preocupa-se em explanar sobre os benefícios de uma vida solitária. No capítulo *Vantagens da solidão*, o autor demonstra como os filósofos, os juristas e os poetas preferem à vida solitária, pelo sossego que proporciona a vantagem da meditação propícia às suas obras. No *Leal Conselheiro*, Dom Duarte direciona sua obra para os homens de corte “*que saibham de semelhante sciencia, e desejem viver virtuosamente*”. Tal diferença nos permite formular uma hipótese: no *Leal Conselheiro*, a leitura tem uma finalidade prática e não necessariamente é solitária e silenciosa. No *Boosco Deleitoso*, a leitura faz parte da vida solitária, requer silêncio e meditação. Assim, levantamos algumas questões: quais os modos de leitura presentes nos enunciados de tais livros? Como os autores do século XV, percebiam o mundo dos seus leitores? O que ofereciam a eles? E como, esses personagens atuaram na construção do mundo dos seus leitores? Conjugada a essas questões, refletiremos, também, sobre a diferença temática dos dois tratados, ou seja, como dois tratados contemporâneos caminham em direções aparentemente opostas em seus propósitos pedagógicos? Nosso trabalho aqui é tentar perceber como foi construída a moralidade do período, e porque aparentemente essa moralidade se quebra em duas: a defesa da vida em corte e a defesa da vida solitária.

No entanto, entre esses dois livros, que foram propostos para análise, existem singularidades perceptíveis, o que de certa forma, possibilita a nossa análise: em primeiro lugar por serem tratados doutrinários, ou seja, a matéria fundamental desses textos tem a finalidade pedagógica: no *Boosco deleitoso* através da alegoria o autor institui modelos para a ascética cristã; no *Leal Conselheiro*, o rei Dom Duarte, através da tópica do exemplo aconselha seus leitores e também institui modelos moralizantes com fundo religioso. Em segundo lugar, tais textos foram produzidos possivelmente no mesmo espaço sociológico e

geográfico: na corte de Avis; e também destinam-se a um mesmo tipo de leitor: alguns nobres e principalmente aos homens de corte. Trata-se, portanto, de uma literatura pedagógica de corte.

Referências Bibliográficas

1. Documentação

Boosco Deleitoso. Ed. de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950, 2v.

DUARTE (Dom). **Leal Conselheiro.** Ed. Crít. e notas de Joseph-Maria Piel. Lisboa: Bertrand, 1942.

2. Bibliografia

FRANÇA, Susani S. Lemos. **O lugar da História em Portugal no final da Idade Média.**

LAPA, Manuel Rodrigues. **D. Duarte e os prosadores da Casa de Avis.** Lisboa: Seara Nova, 1972.

MONGELLI, L. M. (coord.). **A literatura doutrinária na corte de Avis.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Maria José Azevedo. A cultura Portuguesa no século XV da Universidade à Corte. In: **Revista Portuguesa de História.** Coimbra, 1996. Tomo XXXI – vol. 1

VAZ, Henrique C. L. **Antropologia Filosófica I.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.